



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

## 001. PROVA OBJETIVA

### PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

01. No que tange ao controle concentrado de constitucionalidade, especificamente acerca dos efeitos das decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir, e assinale a alternativa correta, de acordo com o disposto na Constituição Federal e na legislação de regência.
- (A) A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em ADI produz, como regra geral, efeitos *ex nunc*, ou seja, a partir do momento da publicação da decisão, podendo o STF modular esses efeitos para que retroajam apenas em casos de excepcional interesse social.
  - (B) As decisões definitivas de mérito em ADI possuem, por determinação constitucional, eficácia *erga omnes* e efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, em todas as esferas, e, via de regra, operam com efeito *ex tunc*, salvo quando houver modulação temporal expressa.
  - (C) A modulação temporal dos efeitos de uma decisão de inconstitucionalidade exige o *quórum* de maioria absoluta dos membros do STF e pode ser realizada exclusivamente em razão de relevantes questões de ordem pública, independentemente de razões de segurança jurídica.
  - (D) A declaração de inconstitucionalidade em ADI sempre resulta na anulação da lei ou ato normativo desde a sua origem, não sendo admitida qualquer restrição temporal dos efeitos da decisão, uma vez que a Constituição Federal exige a plena retroatividade em prol da segurança jurídica.
  - (E) O STF decidiu, recentemente, que a Constituição não lhe outorgou competência para modular os efeitos temporais de suas decisões em ADI, pois essa prerrogativa seria uma intervenção indevida na esfera de atuação do Poder Legislativo, cabendo apenas ao legislador, por meio de nova lei, dispor sobre a vigência da norma declarada inconstitucional.
02. No que concerne ao instituto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), considerando a legislação de regência e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) A ADPF possui natureza de ação subsidiária, de modo que será extinta sem julgamento de mérito caso exista, no ordenamento jurídico, outros meios ordinários disponíveis para a tutela do preceito fundamental violado, ainda que não se mostrem aptos a solver a controvérsia de forma ampla, geral e imediata.
  - (B) O Supremo Tribunal Federal, em sua jurisprudência consolidada, firmou o entendimento de que não é possível o ajuizamento de ADPF tendo por objeto atos de caráter normativo ou não normativos oriundos do poder público municipal.
  - (C) A decisão proferida pelo STF em sede de ADPF, embora possua eficácia *erga omnes* e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública, não vincula o Poder Legislativo no exercício de sua atividade típica de elaboração legislativa, tampouco na atividade de controle externo.
  - (D) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a utilização da ADPF para o questionamento de atos do Poder Público, tanto de natureza normativa quanto de natureza administrativa ou judicial, desde que aptos a causar lesão ou ameaça a preceito fundamental.
  - (E) Da decisão do Relator que indeferir liminarmente a petição inicial no âmbito da ADPF, por entender manifestamente incabível a medida ou por ausência de preenchimento dos requisitos legais, não cabe qualquer recurso, tendo em vista o caráter monocrático da decisão e a inexistência de previsão legal.

- 03.** Considerando as disposições da Constituição Federal e a jurisprudência do STF a respeito da organização político-administrativa da federação, assinale a alternativa correta.
- (A) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, observada a legislação federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, sendo facultada a consulta prévia aos legislativos municipais envolvidos.
  - (B) Os Estados podem criar regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, mediante autorização de lei complementar federal, com vistas a integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
  - (C) A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões pelos Estados deve ser precedida de ampla consulta às populações interessadas, mediante plebiscito, uma vez que a integração de municípios em tais estruturas configura alteração territorial que impacta diretamente a autonomia municipal garantida pelo pacto federativo.
  - (D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios devem ocorrer no período determinado por lei complementar federal, devendo o processo legislativo ser instruído com a realização de plebiscito, consulta à população local e apresentação de estudos de viabilidade municipal, sendo a referida lei complementar federal condição indispensável para a validade do ato.
  - (E) A instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, por se tratar de matéria de organização administrativa estadual, autoriza os Estados a restringirem a autonomia dos Municípios nelas incluídos, inclusive no que tange ao planejamento do uso do solo urbano e ao exercício do poder de polícia administrativa sobre serviços locais de interesse estritamente municipal.
- 04.** No que concerne ao Processo Legislativo disciplinado na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) No âmbito federal, a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição, sendo vedada a iniciativa popular em matérias de índole tributária ou orçamentária.
  - (B) As Emendas à Constituição não podem ser objeto de medida provisória, nem podem ter por objeto matéria que atente contra a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais, constituindo tais vedações os chamados limites materiais explícitos ao poder constituinte derivado reformador.
  - (C) A medida provisória, embora tenha força de lei e eficácia imediata, não pode dispor sobre matéria reservada à lei complementar, nem sobre matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional, e, caso não seja apreciada em até sessenta dias, contados de sua publicação, será automaticamente prorrogada por igual período, caducando se não for convertida em lei no prazo final.
  - (D) O projeto de lei aprovado pelo Legislativo será enviado ao Chefe do Executivo que, caso discorde do texto por considerá-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá exercer o veto, que, nesse caso, deverá ser total, sendo vedado o veto parcial de acordo com a regra do conglobamento, salvo se o projeto de lei for de natureza orçamentária.
  - (E) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções, não estando incluídos nesse escopo as leis delegadas e as medidas provisórias, já que são atos editados pelo Poder Executivo.

**05.** Relativamente ao sistema de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência STF, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Tribunais de Contas, na qualidade de órgãos auxiliares do Poder Legislativo, possuem competência constitucional para sustar, diretamente e por ato próprio, a execução de contratos administrativos que apresentarem irregularidades graves, independentemente de comunicação prévia ou autorização do Poder Legislativo.
- (B) O controle externo, a cargo do Poder Legislativo, será exercido pelo Tribunal de Contas vinculado, ao qual compete julgar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.
- (C) O Ministério Público de Contas, que atua junto aos Tribunais de Contas, possui quadro de pessoal próprio, estrutura e garantias funcionais equivalentes às do Ministério Público comum, sendo o seu chefe nomeado pelo Governador, a partir de lista tríplice enviada pelo Tribunal de Contas.
- (D) Observada a regra da simetria constitucional, a composição dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, onde houver, deve observar a mesma composição do Tribunal de Contas da União, que é integrado por nove Ministros, dentre brasileiros natos, com mais de vinte e um e menos de sessenta e cinco anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada, além de notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos ou financeiros ou de administração pública.
- (E) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, sendo certo que as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

**06.** A Constituição Federal estabelece um regime rígido de excepcionalidade para a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal, bem como dos Estados nos seus respectivos Municípios.

Em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A decretação de intervenção federal, ainda que baseada em provimento de ordem judicial, prescindida da oitiva do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, sendo ato de competência exclusiva e discricionária do Presidente da República, que a submete ao Congresso Nacional apenas para conhecimento.
- (B) No caso de desobediência a ordem ou decisão judicial, a requisição de intervenção federal será dirigida ao Superior Tribunal de Justiça, caso a ordem tenha sido emanada de juiz federal, que encaminhará pedido de requisição ao Supremo Tribunal Federal.
- (C) A não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e nos serviços públicos de saúde é causa que autoriza a intervenção estadual nos Municípios.
- (D) O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa, conforme o caso, no prazo de setenta e duas horas, sendo que a ausência de apreciação legislativa dentro desse prazo torna o decreto ineficaz e o interventor sujeito a processo de responsabilidade.
- (E) A intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo estadual é medida de competência exclusiva do Presidente da República, sendo dispensado o controle de mérito político pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia Legislativa do Estado.

07. De acordo com o regramento constitucional dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, mediante plebiscito ou referendo, vedada a iniciativa popular, sendo o voto obrigatório para todos os brasileiros, exceto os analfabetos e os maiores de sessenta e cinco anos.
- (B) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (C) É vedada a cassação de direitos políticos, exceto nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, incapacidade civil, condenação criminal confirmada por órgão colegiado, enquanto durarem seus efeitos, recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, e improbidade administrativa.
- (D) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeito somente no exercício subsequente, desde que respeitado o prazo mínimo de seis meses entre a data de vigência e a data do pleito.
- (E) A idade mínima para a elegibilidade no cargo de vereador é dezoito anos, para prefeito, deputado federal, juiz de paz e governador é vinte e um anos, e para presidente da República e senador, a idade mínima exigida é de trinta e cinco anos.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

08. A Câmara de Vereadores está votando um projeto de lei que tem por objetivo disciplinar os requerimentos a serem apresentados pelos cidadãos à Prefeitura. A futura lei municipal, se aprovada, dispõe sobre os documentos que devem ser apresentados juntamente com os respectivos requerimentos.

Tendo em vista o constante da Lei Federal nº 13.726/2018, é correto afirmar que a futura lei municipal poderá dispensar a exigência de

- (A) reconhecimento de firma, desde que o agente administrativo colha pessoalmente a assinatura do signatário e lavre sua autenticidade no próprio documento, vedada a autenticação mediante confronto da assinatura constante do requerimento com a do documento de identidade, se ausente o signatário.
- (B) autenticação de cópia de documento, desde que juntado documento eletrônico que permita a verificação de seu conteúdo mediante QR CODE, vedada a expedição de declaração de autenticidade de documentos físicos mediante a comparação entre o original e a cópia.
- (C) juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo.
- (D) apresentação de cédula de identidade, que poderá ser substituída pela certidão de nascimento.
- (E) apresentação de título de eleitor, desde que o requerente tenha idade inferior a 18 anos ou superior a 65 anos.

09. Uma agência reguladora pretende propor um ato normativo de interesse geral dos usuários do serviço prestado na sua área de atuação. Antes de editar o ato, percebe-se que não foi realizada a Análise de Impacto Regulatório (AIR).

Sobre essa análise, é correto afirmar:

- (A) a AIR pode, a critério da agência reguladora, ser realizada após a edição do ato normativo.
- (B) como não foi realizada a AIR, se a regulação, no caso em análise, permitir sua dispensa, deverá ser disponibilizada, no mínimo, nota técnica ou documento equivalente que tenha fundamentado a proposta de decisão.
- (C) a AIR deve ser elaborada após a realização de consulta ou audiência pública.
- (D) Decreto do Chefe do Poder Executivo disporá sobre a operacionalização da AIR no âmbito interno de cada agência.
- (E) o diretor-presidente manifestar-se-á, em relação ao relatório de AIR, sobre a adequação da proposta de ato normativo aos objetivos pretendidos, indicando se os impactos estimados recomendam sua adoção e, quando for o caso, quais os complementos necessários.

10. Acerca da possibilidade de lançamento de debêntures conversíveis em ações e emissão de partes beneficiárias, é correto afirmar que
- (A) são vedadas a todas as empresas estatais.
  - (B) são permitidas a todas as empresas estatais.
  - (C) são vedadas apenas às empresas públicas.
  - (D) são vedadas apenas às sociedades de economia mista.
  - (E) apenas a emissão de debêntures conversíveis em ações é vedada em relação às empresas estatais.
11. A União, Estado e Municípios naquele inseridos, após prévia subscrição de protocolo de intenções, estão elaborando a minuta do contrato de consórcio público. Dentre as cláusulas constantes da minuta, destacam-se: i) Cláusula Primeira: prevê contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público; ii) Cláusula Segunda: prevê a doação de bens imóveis operados por força de gestão associada de serviços públicos; iii) Cláusula Terceira: prevê cessões de direitos por força de gestão associada de serviços públicos.
- A partir do que dispõe a Lei nº 11.107/2005, é correto afirmar que
- (A) a Cláusula Primeira é nula.
  - (B) as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira são permitidas.
  - (C) as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira são vedadas.
  - (D) somente as Cláusulas Segunda e Terceiras são nulas.
  - (E) somente as Cláusulas Primeira e Terceiras são permitidas.
12. Considerando o que consta da Constituição Federal sobre a remuneração dos servidores públicos, é correto afirmar que
- (A) é permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
  - (B) o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado, os Secretários Estaduais e Municipais e os agentes de segurança pública serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
  - (C) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
  - (D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
  - (E) é vedada a vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, permitida a equiparação, se integrantes do mesmo Poder e com funções equivalentes.
13. O documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter, dentre outros elementos, estimativas do valor da contratação acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.
- De acordo com a Lei nº 14.133/2021, esse documento é denominado de
- (A) pré-projeto.
  - (B) termo de referência.
  - (C) anteprojeto.
  - (D) projeto básico.
  - (E) projeto executivo.

14. Um estabelecimento de saúde privado e sem fins lucrativos deixou de adimplir no pagamento dos valores relativos ao fornecimento de água. Em razão do inadimplemento, foi formalmente notificado.

Com base na disciplina constante da Lei do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007), é correto afirmar que a interrupção do fornecimento de água é

- (A) permitida, mas deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.
- (B) expressamente vedada, devendo o concessionário do serviço de água buscar a satisfação do débito no Poder Judiciário.
- (C) permitida, desde que precedida de notificação extrajudicial para pagamento em até trinta dias.
- (D) vedada, sendo dever do Município pagar os valores devidos e adotar as providências necessárias perante os dirigentes do estabelecimento de saúde, visando o ressarcimento do valor pago.
- (E) precedida de prévia desocupação do estabelecimento e transferência dos pacientes internados para outras instituições privadas na mesma região metropolitana.

15. Tendo em vista a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- (A) a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou contra a pessoa jurídica privada prestadora de serviço público, sendo parte legítima passiva, em litisconsórcio unitário, o autor do ato.
- (B) caracteriza-se a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, tendo em vista a presunção de falha do serviço público que permitiu a fuga do detento.
- (C) o Estado não é responsável, na esfera cível, por morte decorrente de operações de segurança pública, em caso de perícia inconclusiva acerca da origem do disparo fatal.
- (D) a imunidade material parlamentar configura excluyente da responsabilidade civil objetiva do Estado, afastando qualquer pretensão indenizatória em face do ente público por opiniões, palavras e votos cobertos por essa garantia.
- (E) apenas se comprovada falha dos agentes de segurança, o Estado poderá ser responsável por danos causados aos detentos no sistema carcerário.

16. A respeito da reforma tributária aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, é correto afirmar que, segundo o disposto no texto aprovado e atualmente integrante da Constituição Federal,

- (A) pertence aos municípios 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) distribuída aos Estados.
- (B) fica instituída a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), nos moldes de um tributo sobre valor agregado, de natureza cumulativa e dual.
- (C) fica instituído o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), na forma de um imposto sobre valor agregado, arrecadado pela União e compartilhado com estados e municípios.
- (D) cabe aos municípios a participação direta de 10% (dez por cento) na arrecadação da União sobre o imposto seletivo, distribuído com base no local do consumo do bem ou serviço.
- (E) compete à União a cobrança da contribuição seletiva plurifásica incidente sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

17. A lei do município X prevê a possibilidade de o seu Conselho Municipal de Tributos, órgão de jurisdição tributária administrativa responsável pelo contencioso administrativo fiscal em 2ª instância, aprovar súmulas vinculantes para a administração municipal, com efeitos normativos, consolidando entendimentos recorrentes do Conselho sobre a interpretação da legislação. Nesse cenário, é correto afirmar com base no Código Tributário Nacional que, salvo decisão em contrário, a decisão que aprovar súmula vinculante entrará em vigor, quanto aos seus efeitos normativos,

- (A) na data do julgamento.
- (B) na data da sua publicação.
- (C) 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.
- (D) 60 (sessenta) dias após a data da sua publicação.
- (E) 90 (noventa) dias após a data da sua publicação.

18. Ainda no curso do processo administrativo fiscal, iniciado pelo contribuinte após impugnação da lavratura de auto de infração pela administração tributária, o Ministério Público Estadual, sem que houvesse prévia representação da autoridade fiscal para fins penais, denunciou o contribuinte criminalmente pela conduta de “fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal”.

Com base na Lei nº 8.137/1990 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar sobre a situação descrita que

- (A) a representação fiscal para fins penais é necessária para a existência de justa causa para a ação penal nos crimes tributários.
- (B) o crime descrito, por ser considerado crime material, não se tipifica antes do lançamento definitivo do tributo.
- (C) a denúncia por crime contra a ordem tributária, em razão da natureza federal destes crimes, deve ser realizada pelo Ministério Público Federal.
- (D) por se tratar de crime de ação penal pública, a representação fiscal para fins penais é uma das condições da ação penal nos crimes tributários.
- (E) os crimes tributários, em regra, não admitem a extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo antes do recebimento da denúncia.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

19. De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a competência para julgamento de ação de indenização por danos morais, decorrente de ofensas proferidas em rede social, em razão da sua ampla divulgação é do foro

- (A) do domicílio do autor.
- (B) do domicílio da vítima.
- (C) de escolha da vítima.
- (D) do local onde o conteúdo foi produzido.
- (E) do local onde o conteúdo foi divulgado.

20. O Município de São Roque propôs ação de cobrança contra a empresa ABC, empresa de grande porte, situada no Município de São Roque, regularmente cadastrada no sistema de processo eletrônico do Poder Judiciário e com endereço eletrônico válido. A citação foi realizada por meio eletrônico no prazo legal, atendendo aos requisitos legais. A empresa ABC recebeu a comunicação relativa à citação no sistema de processo eletrônico, mas não confirmou o recebimento no prazo de 3 dias úteis, sem apresentar qualquer justificativa. Por essa razão, foi realizada a citação por meio de oficial de justiça. Na contestação, a empresa ABC apresentou sua defesa de mérito, sem justificar a ausência de confirmação da citação eletrônica.

Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta de acordo com o disposto no Código de Processo Civil.

- (A) Realizada a citação eletrônica, não será viabilizada nenhuma outra modalidade citatória, uma vez que o meio eletrônico é a regra do sistema.
- (B) A empresa ABC não é obrigada a manter cadastro no sistema eletrônico do Poder Judiciário, sendo permitida a citação por outros meios.
- (C) A ausência de confirmação da citação eletrônica, sem justificativa, acarreta os efeitos da revelia.
- (D) A empresa ABC deveria, na primeira oportunidade de falar nos autos, apresentar justificativa pela ausência de confirmação da citação eletrônica, sob pena de aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça.
- (E) A citação eletrônica deve ser confirmada dentro do prazo legal, sob pena de nulidade e aplicação dos efeitos da revelia.

21. Assinale a alternativa que apresenta uma situação hipotética correta de acordo com o disposto no Código de Processo Civil.

- (A) Fábio propôs ação de indenização por danos morais contra Eduardo, alegando que ele praticou fraude para obtenção de vantagem indevida. Eduardo é obrigado a depor.
- (B) Em ação de produção antecipada de provas, André requer que Armando, médico, apresente detalhes clínicos e o diagnóstico psiquiátrico de sua esposa, obtidos durante consulta e registrados em prontuário. Armando é obrigado a depor.
- (C) Em audiência, o juiz determina que Tadeu informe o paradeiro de terceiro envolvido em organização criminosa. Tadeu é obrigado a prestar depoimento pessoal, podendo requerer sigilo sobre o depoimento uma vez que as informações poderiam colocar a sua vida em risco.
- (D) Em audiência de indenização por danos materiais em razão de acidente automotivo, o juiz determina que Luís esclareça, em depoimento pessoal, detalhes de um relacionamento extraconjugal mantido com pessoa casada. Luís é obrigado a depor.
- (E) Em ação de investigação de paternidade, Marcos é intimado pessoalmente a prestar depoimento pessoal sobre relacionamento íntimo mantido, à época da concepção, com Mariana, mãe do menor. Marcos é obrigado a depor mesmo se tratando de informações pessoais.

**22.** De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a fundamentação *per relationem*

- (A) não é permitida em nenhuma hipótese, vez que há expressa vedação legal.
- (B) é permitida apenas no microsistema dos juizados especiais, em razão do princípio da informalidade e da celeridade.
- (C) é permitida quando a parte deixa de apresentar argumento novo para ser apreciado pelo colegiado.
- (D) é permitida desde que o julgador, ao reproduzir trechos de decisão anterior, enfrente, de forma pormenorizada, as novas questões relevantes para o julgamento do processo, inclusive com a análise de cada uma das alegações.
- (E) é permitida desde que não reproduza trechos de parecer proferido anteriormente como razão de decidir.

**23.** Em uma ação proposta por Mariana contra Renato, o juiz designou audiência de conciliação na qual Renato não compareceu e nem apresentou justificativa. O juiz fixou multa de 1% sobre o valor da causa em razão do ato atentatório à dignidade da justiça praticado por Renato.

Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que da decisão do juiz

- (A) não cabe recurso.
- (B) cabe agravo de instrumento, sendo que a questão deverá ser suscitada em preliminar.
- (C) cabe apelação, sendo que a questão deverá ser suscitada em preliminar de apelação ou contrarrazões.
- (D) cabe impugnação por meio de tutela antecipada recursal.
- (E) cabe agravo de instrumento, devendo a multa ser versada como mérito do recurso.

**24.** Em execução de título extrajudicial proposta pelo Município de São Roque contra Rafael para cobrança de crédito não tributário regularmente constituído, Rafael é devidamente citado, e inicia-se o prazo para oposição de embargos à execução. Rafael, reconhecendo o débito cobrado, protocola petição requerendo o seu parcelamento.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta de acordo com o disposto no Código de Processo Civil.

- (A) Enquanto o requerimento de Rafael não for apreciado pelo juiz, ele deverá depositar as parcelas vincendas, facultado ao município o seu levantamento.
- (B) Por haver reconhecimento do débito, Rafael não precisará pagar as custas e honorários de advogado.
- (C) O Município de São Roque deverá se manifestar sobre o preenchimento dos pressupostos necessários para o parcelamento e apenas após a manifestação do município é que o juiz decidirá acerca do requerimento de Rafael no prazo de 15 (quinze) dias.
- (D) Caso o requerimento seja deferido e Rafael não pague uma das prestações, a ele será imposta multa de dez por cento sobre o valor total do crédito.
- (E) No requerimento de parcelamento do débito, Rafael poderá depositar 20% (vinte por cento) do valor em execução e o restante parcelado em até 6 (seis) vezes.

**25.** Hipoteticamente, em ação proposta por servidores públicos municipais, o Município de São Roque foi condenado em primeira instância ao pagamento de adicional por tempo de serviço. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve a condenação. Inconformado, o Município de São Roque interpôs recurso especial. Ocorre que, no curso do processo, o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso repetitivo, firmou tese jurídica proibindo o pagamento do adicional por tempo de serviço. A decisão ainda não transitou em julgado, estando pendente a apreciação de embargos. Mesmo assim, o relator do Tribunal de Justiça aplicou a tese firmada no recurso repetitivo para reformar o acórdão proferido.

Considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a aplicação do precedente

- (A) é indevida, pois sua eficácia depende necessariamente do trânsito em julgado do acórdão paradigma.
- (B) é válida, não sendo necessário aguardar o trânsito em julgado do paradigma firmado em recurso repetitivo.
- (C) só poderia ocorrer após provocação das partes, sendo vedada sua aplicação de ofício.
- (D) somente seria possível caso não houvesse interposição de embargos no processo paradigma.
- (E) é vedada, vez que, se o julgado sofrer alteração com os embargos de declaração opostos, haverá prejuízo da necessária economia processual.

26. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa correta sobre o regime de férias do empregado.

- (A) O empregado que completar o período aquisitivo de 12 meses terá direito às férias proporcionais ao número de dias trabalhados, podendo o empregador descontar os dias de falta injustificada diretamente do período de gozo das férias.
- (B) O empregador é obrigado a comunicar ao empregado sobre o início das férias com antecedência mínima de 15 dias, por escrito e mediante recibo.
- (C) O empregado que tiver mais de 25 faltas injustificadas no período aquisitivo perde integralmente o direito às férias naquele ano.
- (D) É permitido o início das férias no dia imediatamente anterior a um feriado ou dia de repouso semanal remunerado, desde que haja acordo entre empregado e empregador.
- (E) Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos, e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos cada um.

27. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que se refere à proteção à maternidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá direito a repouso remunerado de 4 (quatro) semanas, ficando-lhe assegurado o retorno à função que ocupava antes do afastamento.
- (B) Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 12 (doze) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um.
- (C) Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.
- (D) A empregada gestante que exerce atividades insalubres em grau médio poderá permanecer no exercício de suas funções durante toda a gestação, sendo obrigatória a transferência para atividade salubre apenas nos casos em que a insalubridade for de grau máximo.
- (E) Durante a gravidez, a empregada tem garantido o direito à transferência de função quando as condições de saúde o exigirem, mas não lhe é assegurada a retomada da função anteriormente exercida após o retorno ao trabalho.

28. Sobre a conciliação no rito ordinário do processo do trabalho, de acordo com os artigos da CLT, é correto afirmar que

- (A) o juiz deve propor a conciliação ao abrir a audiência e novamente após as razões finais das partes, sendo obrigatória a tentativa em ambos os momentos.
- (B) a proposta de conciliação pelo magistrado é obrigatória apenas na abertura da audiência; após as razões finais, trata-se de faculdade judicial, podendo o juiz dispensá-la quando verificar manifesta impossibilidade de composição entre as partes.
- (C) o termo de conciliação homologado pelo juiz do trabalho tem natureza de título executivo judicial e, por força do art. 831, parágrafo único da CLT, produz coisa julgada material, sendo, contudo, passível de rescisão mediante ação rescisória nos mesmos moldes das sentenças de mérito, no prazo decadencial de cinco anos.
- (D) o termo de conciliação homologado pelo juiz do trabalho é irrecorrível para as partes, operando como título executivo judicial; todavia, o Ministério Público do Trabalho poderá impugná-lo, quando verificar que o acordo encobre fraude ou simulação em prejuízo dos direitos do trabalhador, mediante ajuizamento de ação anulatória.
- (E) cronologicamente frustrada a conciliação na abertura da audiência, o juiz receberá a defesa do reclamado e conduzirá a instrução processual; encerrado o debate, abrirá nova oportunidade de conciliação antes de colher as razões finais das partes, momento em que, havendo acordo, este será homologado e produzirá efeitos de título executivo judicial.

29. Carla Maria, motorista de aplicativo, ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa BiBi S/A pelo rito sumaríssimo, pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício e verbas rescisórias. O valor da causa foi fixado em R\$ 28.000,00. O TRT da 2ª Região confirmou a improcedência do pedido, entendendo que a sentença estava correta por não haver vínculo empregatício. Inconformado, o advogado de Carla pretende interpor Recurso de Revista ao TST, argumentando que:

- I. Existe divergência jurisprudencial entre o TRT da 2ª Região e o TRT da 3ª Região sobre o tema;
- II. A decisão viola diretamente dispositivo da Constituição Federal.

Quais dessas hipóteses são admissíveis para fundamentar o Recurso de Revista nesse caso, dado que o processo tramitou pelo rito sumaríssimo?

- (A) Apenas a hipótese (I), pois a divergência jurisprudencial entre TRTs é suficiente para admissão do Recurso de Revista em qualquer rito processual trabalhista, inclusive o sumaríssimo.
- (B) Ambas as hipóteses são admissíveis, pois o rito sumaríssimo não impõe qualquer restrição ao cabimento do Recurso de Revista perante o TST.
- (C) Apenas a hipótese (II), pois, no rito sumaríssimo, o Recurso de Revista somente é admitido por contrariedade à súmula do TST ou súmula vinculante do STF e por violação direta da Constituição Federal, sendo vedada a simples divergência jurisprudencial entre TRTs como fundamento.
- (D) Nenhuma das hipóteses, pois o Recurso de Revista é absolutamente vedado nos processos que tramitam pelo rito sumaríssimo, independentemente do fundamento invocado pela parte recorrente.
- (E) Ambas as hipóteses são admissíveis, mas somente se o advogado demonstrar que a divergência jurisprudencial entre os TRTs foi proferida no mesmo período, e que os casos confrontados são idênticos em todos os seus aspectos fáticos e jurídicos.

30. A Lei nº 6.938/81 institui dois cadastros técnicos federais, destinados a Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental e Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

A respeito desses cadastros, afirma-se que

- (A) têm ambos caráter facultativo.
- (B) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais objetiva proceder ao registro de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam às atividades de consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais.
- (C) a competência para administração desses cadastros é do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- (D) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental tem por finalidade o registro de pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam atividades voltadas à extração e comercialização de produtos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente.
- (E) os Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, ao instituírem esses cadastros, tencionam apoiar as decisões governamentais e trazer à população conhecimentos e informações, afastada, no entanto, a participação nos processos decisórios em matéria ambiental.

31. Determinada empresa do ramo imobiliário adquiriu um terreno em área urbana consolidada para a construção de um loteamento. O imóvel possui uma vereda em seu interior e uma área de encosta com inclinação de 30°.

De acordo com as disposições da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) A faixa marginal de proteção de veredas, em projeção horizontal, é considerada Área de Preservação Permanente (APP) apenas quando situada em zona rural, sendo sua largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço brejoso e encharcado.
- (B) Áreas com inclinação de 30° são consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP) em toda a sua extensão, sendo vedada qualquer forma de exploração econômica ou construção, ainda que mediante licenciamento ambiental municipal.
- (C) No caso de supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (APP), a obrigação de recuperar o ecossistema degradado possui natureza *propter rem*, transmitindo-se ao adquirente do imóvel, ainda que este não tenha sido o responsável pelo desmatamento.
- (D) A Reserva Legal em imóveis urbanos deve ser averbada na matrícula do imóvel perante o Cartório de Registro de Imóveis, sendo o percentual de proteção de 20% da área total do terreno, independentemente da região do país.
- (E) Em caso de utilidade pública ou interesse social, a intervenção ou supressão de vegetação nativa em APP urbana pode ser autorizada pelo órgão ambiental, sendo vedada, contudo, a imposição de medida compensatória de reposição florestal por se tratar de empresa privada.

32. O Município de “Bons Ares”, visando intensificar a proteção ao meio ambiente local, editou lei municipal que proíbe a queima de palha de cana-de-açúcar em todo o seu território, além de estabelecer normas mais restritivas de licenciamento para atividades de impacto local.

Com base na repartição constitucional de competências e no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

- (A) A lei municipal que proíbe a queima da palha de cana-de-açúcar é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de proteção ambiental e diretrizes da política agrícola nacional.
- (B) No âmbito da competência legislativa concorrente, a União limita-se a estabelecer normas gerais, cabendo aos Municípios a competência suplementar para preencher as lacunas da legislação federal e estadual, conforme o interesse local.
- (C) A competência comum dos entes federados para a proteção do meio ambiente, prevista no art. 23 da Constituição, autoriza que qualquer ente legisle sobre infrações administrativas ambientais de forma plena, afastando a necessidade de observância às normas gerais da União.
- (D) A competência para legislar sobre “águas” e “energia” é concorrente entre a União, os Estados e os Municípios, o que permite ao ente municipal criar restrições ambientais autônomas sobre o aproveitamento hidroenergético em seu território.
- (E) Caso a União se omita na edição de normas gerais sobre determinada matéria ambiental, os Municípios passam a deter competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades, independentemente de atuação estadual.

**33.** José, de 16 anos, namorava Maria, de 17 anos. Após dois meses de namoro, eles decidiram comprar um imóvel para morarem juntos, sem a ciência e o consentimento dos pais. José era empregado celetista em uma empresa de telefonia, e Maria era estagiária em uma empresa multinacional. José, por receber um salário alto, possuía economia própria, razão pela qual ele e Maria firmaram um compromisso de compra e venda por instrumento particular, pelo qual se comprometeram a pagar de entrada o percentual de vinte por cento do valor do imóvel. Após, tiveram um desentendimento, romperam o namoro e decidiram alegar serem incapazes para assinar o compromisso de compra e venda para desistir do negócio firmado. Anote-se que, ao assinarem o compromisso de compra e venda, declararam-se maiores de dezoito anos.

Tendo em vista a disciplina constante do Código Civil relativa à capacidade das pessoas, é correto afirmar que

- (A) José e Maria são menores de idade e somente poderiam subscrever o negócio jurídico se assistidos por seus representantes legais, razão pela qual existe nulidade relativa.
- (B) José é plenamente capaz, e Maria é relativamente incapaz, razão pela qual esta deveria ter sido assistida por seus representantes legais, mas, como declarou-se maior, não pode se eximir da obrigação ajustada.
- (C) ambos são maiores de idade, em razão das suas atividades econômicas, que lhes permitem ter economia própria.
- (D) José e Maria são relativamente incapazes, razão pela qual deveriam ter sido assistidos por seus representantes legais, mas, como declararam-se maiores, não podem se eximir da obrigação ajustada.
- (E) o negócio é nulo de pleno direito, pois o compromisso de compra e venda deveria ter sido firmado por instrumento público.

**34.** Pedro estava numa canoa, remando em alto-mar, quando sofreu ruptura de um tendão do ombro e não conseguia mover um dos braços. Tadeu, irmão de Pedro, numa lancha a motor, percebendo a situação, aproximou-se de Pedro e disse a este que o ajudaria, desde que recebesse em doação o veículo automotor dele. Após chegarem em terra firme, Pedro realizou a doação de seu veículo automotor a Tadeu.

Tendo em vista o caso hipotético, é correto afirmar que a doação realizada por Pedro a Tadeu é anulável, pois a

- (A) manifestação de vontade decorreu de estado de perigo, podendo ser revertida no prazo de até quatro anos, contados do dia em que realizada.
- (B) declaração de vontade teve o vício da lesão, podendo ser revertida no prazo de até quatro anos, contados do dia em que realizada.
- (C) manifestação de vontade decorreu de estado de perigo, podendo ser revertida no prazo de até dois anos, contados do dia em que realizada.
- (D) declaração de vontade teve o vício da lesão, podendo ser revertida no prazo de até dois anos, contados do dia em que realizada.
- (E) declaração de vontade decorreu de coação, podendo ser revista no prazo de até quatro anos, contados do dia em que realizada.

**35.** Nos compromissos de compra e venda do loteamento X, consta expressamente restrição convencional que impõe o uso exclusivamente residencial dos lotes adquiridos. Tal restrição foi gravada nas matrículas dos lotes adquiridos. Entretanto, a lei municipal que disciplina o uso do solo urbano permite, na área onde situado o loteamento X, o uso residencial e comercial.

Tendo em vista o entendimento mais recente do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) as restrições convencionais não foram recepcionadas pelo ordenamento jurídico vigente, não cabendo ao loteador impor restrições além das previstas em lei municipal.
- (B) somente podem ser admitidas restrições convencionais se a lei municipal expressamente admitir tais restrições, bem como indicar os parâmetros de tais restrições.
- (C) a legislação municipal que contenha normas contrárias à restrição convencional registrada na matrícula do imóvel não se aplica no âmbito do loteamento.
- (D) a restrição convencional deve ser afastada, pois a legislação municipal permite o uso não residencial, e a competência para tratar do assunto é do município.
- (E) as restrições, para terem eficácia, devem ser aprovadas pela Câmara de Vereadores, por meio de lei municipal, desde que compatíveis com o plano diretor.

**36.** Acerca da multipropriedade, tendo em vista o que dispõe a Lei nº 6.015/1973, assinale a alternativa correta.

- (A) Haverá uma única matrícula do imóvel, em que serão averbadas as multipropriedades, sendo opcional a abertura de matrícula para cada fração de tempo.
- (B) A fração de tempo adicional, destinada à realização de reparos, deverá ser objeto de matrícula específica.
- (C) A convenção de condomínio em multipropriedade deve ser objeto de averbação na matrícula base.
- (D) Cada fração de tempo deve ter uma matrícula própria, que deve ser registrada no Livro nº 3 – Registro Auxiliar.
- (E) Cada fração de tempo poderá, em função de legislação tributária municipal, ser objeto de inscrição imobiliária individualizada.

**37.** Maria requereu à Prefeitura Municipal que o cadastro de contribuintes mobiliários de empresário individual de seu esposo fosse cancelado, em razão do falecimento deste. Para tanto, apresentou uma certidão de óbito e uma de casamento (nesta já averbado o falecimento do marido), expedidas há mais de dez anos. O funcionário administrativo requereu a apresentação das duas certidões atualizadas.

Tendo em vista o que consta na Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido foi correto, tendo em vista que as certidões emitidas há mais de dez anos não podem ser aceitas, por perda da validade.
- (B) Como as certidões recaem sobre fato imutável, é vedado por lei o pedido de atualização requerido.
- (C) Apenas em relação ao casamento poderia ser exigida certidão atualizada.
- (D) Apenas em relação ao óbito poderia ser exigida certidão atualizada.
- (E) É vedada a exigência de certidões, bastando a mera declaração do interessado, que goza da presunção de boa-fé.

**38.** Em atendimento ao preconizado no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006), o Poder Público Municipal pretende designar um agente de desenvolvimento.

É correto afirmar que o agente de desenvolvimento deverá

- (A) residir na área da comunidade em que atuar ou em área vizinha que diste em até oito quilômetros.
- (B) ter concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de agente de desenvolvimento ou similar, desenvolvido por instituição oficial.
- (C) possuir formação compatível com a função a ser exercida e experiência profissional de, no mínimo, três anos na administração de microempresas ou empresas de pequeno porte.
- (D) ser obrigatoriamente servidor efetivo do Município.
- (E) exercer suas atividades sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

39. O Secretário de Fazenda de um determinado município da Federação sugeriu a contratação de uma operação de crédito com a finalidade de custear a aquisição de um supercomputador para a Defesa Civil Municipal, com o objetivo de permitir a realização de simulações climatológicas, geológicas e meteorológicas. Além da aquisição do equipamento, o Secretário pretende destinar parte dos recursos da operação de crédito à contratação de um curso para a capacitação dos funcionários da Defesa Civil que usarão o equipamento, bem como custear as despesas relativas à manutenção do equipamento pelo prazo de dois anos.

Em relação à proposta do Secretário da Fazenda, é correto afirmar, com base na Constituição Federal, que

- (A) em razão da chamada “regra de ouro” é vedada a contratação de operação de crédito para a aquisição de bens quando combinada com a contratação de despesas correntes, como são o caso das despesas de capacitação e manutenção.
- (B) a chamada “regra de ouro” veda a contratação de operações de crédito destinadas a despesas correntes, como são as despesas com capacitação e manutenção, independentemente de se combinada ou não com a contratação de despesas com investimentos.
- (C) a chamada “regra de ouro” veda a contratação de operações de crédito destinadas a despesas correntes, exceto se acessórias à despesa de capital principal, como é o caso das despesas com a manutenção do equipamento, bem como o caso das despesas com a capacitação das equipes da Defesa Civil.
- (D) a chamada “regra de ouro” não veda a contratação de operações de crédito para a realização de despesas correntes, mas sim a realização dessas operações em montante superior ao montante das despesas de capital do ente contratante, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- (E) a chamada “regra de ouro” não veda a contratação de operações de crédito para a realização de despesas correntes, mas sim a contratação dessas operações em montante inferior ao total das despesas de capital do ente contratante, ressalvadas as autorizadas mediante créditos extraordinários com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria simples.

40. Em relação aos fundos especiais, é correto afirmar, de acordo com a legislação nacional, que

- (A) têm natureza puramente contábil, não havendo segregação financeira dos recursos a eles atrelados.
- (B) possuem personalidade jurídica própria, distinta da personalidade jurídica do ente instituidor.
- (C) contam necessariamente com regras especiais de aplicação de recursos e prestação de contas.
- (D) são criados por decreto do Chefe do Poder Executivo, o qual deve dispor sobre a sua governança e regras de aplicação.
- (E) salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

41. De acordo com a legislação nacional e o entendimento dos tribunais superiores no Brasil, é correto afirmar sobre a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que essa lei

- (A) prevê como requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (B) não se aplica aos órgãos e entidades públicos criados anteriormente à sua vigência, isto é, anteriormente a 4 de maio de 2000, exceto quando expressamente previsto no próprio texto da Lei.
- (C) se aplica a todas as entidades que compõem a chamada Administração Pública, sejam as entidades da Administração Pública Direta, sejam da chamada Administração Pública Indireta, tais como as empresas estatais e as organizações sociais.
- (D) trata de assuntos cuja Constituição atribui à lei complementar, motivo pelo qual qualquer dos temas nela dispostos só poderão ser tratados diversamente em outra lei complementar posterior.
- (E) em razão do princípio da uniformidade, não pode ser suplementada por leis estaduais e municipais que tratem de temas específicos das finanças locais, ainda que em conformidade com as normas gerais nela contidas.

42. A Emenda Constitucional nº 136, de 2025, impactou o regime de pagamentos por estados e municípios das dívidas resultantes da expedição de precatórios judiciais, pois essa Emenda

- (A) previu como único índice para a correção das dívidas a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).
- (B) não previu prazo máximo para a quitação do saldo devedor dos precatórios, mas sim percentuais máximos de pagamento em relação à receita corrente líquida a ser observado pelo ente.
- (C) foi declarada parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal apenas vinte dias após o início da sua vigência, exigindo a modulação dos efeitos da decisão.
- (D) eliminou os chamados “precatórios preferenciais”, bem como os “precatórios superpreferenciais”, estabelecendo uma única fila cronológica de pagamentos.
- (E) prevê a aplicação de desconto linear obrigatório de até 40% (quarenta por cento) do valor atualizado dos precatórios, variável de acordo com a data da sua emissão.

43. A Associação dos Servidores Públicos da Biblioteca Municipal de São Roque ajuizou ação coletiva contra o município requerendo o pagamento do adicional por tempo de serviço. Devidamente citado, o município apresentou contestação e, por fim, a ação foi julgada procedente, condenando-o de forma genérica ao pagamento do adicional pelo tempo de serviço requerido pela associação. Houve trânsito em julgado da ação coletiva. Pedro, servidor da biblioteca municipal, ajuizou execução individual para o recebimento dos valores relativos ao adicional por tempo de serviço. O município não apresentou embargos à execução.

Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) Além do pagamento do adicional, o município de São Roque deverá pagar os honorários advocatícios.
- (B) Considerando que não houve a oposição de embargos à execução, o município de São Roque não deverá pagar os honorários advocatícios.
- (C) Considerando que não houve a oposição de embargos à execução, o município de São Roque poderá, a critério do juiz, ser compelido a pagar os honorários, que não poderão ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa.
- (D) Por se tratar de ação coletiva contra o município de São Roque, haverá remessa necessária na execução individual.
- (E) Por se tratar de ação coletiva, o pagamento dos honorários deverá ser feito de forma imediata e não por meio de precatório.

44. No que diz respeito ao cadastro de proteção ao crédito, assinale a alternativa correta de acordo com o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça.

- (A) Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a notificação do devedor após a realização de sua inscrição.
- (B) É indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
- (C) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, cabe indenização por dano moral, mesmo quando preexistente legítima inscrição.
- (D) A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito pelo prazo máximo de cinco anos, independentemente da prescrição da execução.
- (E) Incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes, no prazo de trinta dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.

45. A Associação Melhor Idade, regularmente constituída há dois anos, na cidade de São Roque, tem por finalidade a defesa dos direitos da pessoa idosa. Em razão da demora no agendamento de exames no Hospital Municipal de São Roque, a associação ajuizou ação civil pública perante a 1ª vara da fazenda pública da comarca de São Roque. No curso do processo, o juiz concedeu, de ofício, tutela liminar determinando o agendamento imediato de todos os exames pendentes, fixando multa diária em caso de descumprimento. Por problemas internos, a associação desistiu da ação. Após o trânsito em julgado de sentença que havia reconhecido a obrigação do município de realizar o agendamento imediato, a associação autora permaneceu inerte por mais de sessenta dias sem promover a execução da decisão.

Diante da situação hipotética apresentada e considerando o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação civil pública deveria ter sido proposta no foro da capital do Estado, por se tratar de ação coletiva envolvendo política pública municipal.
- (B) A fixação de multa diária de ofício na tutela liminar é inválida, uma vez que depende de pedido expresso da associação autora na petição inicial.
- (C) Considerando desistência da associação autora, a ação deveria ser extinta sem resolução do mérito, por ausência de legitimidade superveniente.
- (D) A execução da sentença somente poderia ser promovida pela associação autora, vedada a substituição processual por outro legitimado.
- (E) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado sem que a associação autora promova a execução da sentença, o Ministério Público deverá fazê-lo, podendo outros legitimados atuar em caso de inércia deste.

46. Nos termos da Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social, sendo organizada com base em princípios e diretrizes específicos. A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos princípios constitucionais da Seguridade Social.

- (A) A concessão de benefícios assistenciais e previdenciários da Seguridade Social depende de prévia contribuição individual direta do beneficiário.
- (B) A uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais constituem objetivo da Seguridade Social, vedada qualquer distinção entre esses grupos.
- (C) A seletividade e a distributividade na prestação dos benefícios e serviços autorizam o legislador a priorizar determinadas contingências sociais, segundo critérios de justiça social.
- (D) A gestão administrativa da Seguridade Social é centralizada na União, vedada a participação da sociedade civil nos órgãos colegiados.
- (E) A unicidade da base de financiamento impede a utilização de recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

47. Relativamente ao regramento constitucional do regime próprio de previdência dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O regime próprio de previdência social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos tem caráter contributivo e solidário, sendo vedada a contribuição de aposentados e pensionistas.
- (B) Os servidores titulares de cargos efetivos serão aposentados voluntariamente aos 60 anos de idade, se homem, e 55 anos, se mulher, desde que cumprido o tempo mínimo de contribuição de 30 e 25 anos, respectivamente.
- (C) É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de aposentadoria aos servidores públicos, ainda que se trate de servidor com deficiência ou que exerça atividade com efetiva exposição a agentes nocivos.
- (D) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social poderá ser aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
- (E) As aposentadorias concedidas pelo regime próprio de previdência social corresponderão, em qualquer hipótese, à última remuneração do servidor no cargo efetivo.

48. Assinale a alternativa correta com relação aos Partidos Políticos.

- (A) O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil, pode participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- (B) Na hipótese de desligamento de 1 (um) ou mais partidos, o funcionamento da federação será descontinuado e os partidos deverão concorrer de forma independente na eleição seguinte.
- (C) Somente será admitida a fusão ou incorporação de partidos políticos que obtiveram o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral há, pelo menos, duas eleições.
- (D) Uma das possibilidades de aplicação dos recursos oriundos do Fundo Partidário é na manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, observado, do total recebido, os seguintes limites: 50% (cinquenta por cento) para o órgão nacional e 60% (sessenta por cento) para cada órgão estadual e municipal.
- (E) A comunicação escrita do filiado ao órgão de direção municipal comprova o seu desligamento do partido a que estava vinculado e o habilita à filiação a outro partido, conforme disposição da Lei dos Partidos Políticos.

49. Considere a hipótese de um prefeito do Município "X", candidato à reeleição, ter utilizado várias mesas e cadeiras patrimoniadas da municipalidade, em benefício de seu partido político para realização da convenção partidária e ter autorizado publicidade institucional de obras realizadas no Município pela sua gestão seis meses antes da eleição. Constatadas as duas condutas descritas, quais as consequências que poderão ser verificadas em relação às ações do prefeito e de acordo com a legislação eleitoral?

- (A) Causam a suspensão imediata das condutas vedadas e sujeitarão o prefeito a multa no valor de cinco a cem mil UFIR.
- (B) Não causam sanções eleitorais porque são condutas não punidas pela legislação eleitoral.
- (C) Causam a aplicação de multa no valor de cinco a cem mil UFIR e o processo de improbidade administrativa.
- (D) Causam a aplicação de multa no valor de cinco a cem mil UFIR e a cassação do registro ou do diploma.
- (E) Causam a suspensão imediata das condutas vedadas, sujeitarão o prefeito a multa no valor de cinco a cem mil UFIR e a cassação do registro ou do diploma, além de processo por improbidade administrativa.

50. Assinale a alternativa correta.

- (A) O exercício de mandato eletivo é suficiente para comprovar a condição de alfabetizado do candidato.
- (B) O prazo de inelegibilidade decorrente da condenação por abuso do poder econômico ou político tem início no primeiro dia do prazo para requerer o registro de candidatura em que este se verificou e finda no dia de igual número no oitavo ano seguinte.
- (C) O partido político deve figurar como litisconsorte passivo necessário em ações que visem à cassação de diploma.
- (D) A retirada da propaganda irregular, quando realizada em bem particular, elide a multa prevista na Lei das eleições.
- (E) A perda do mandato em razão da desfiliação partidária não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário.

